

OPERARIADO FEMININO: UMA CONJUNTURA PLURAL EM UMA CAPITAL DA AMAZÔNIA (BELÉM, 1930 - 1935).

José Ivanilson da Luz Rodrigues¹

Lais Lauane Gaia Veras²

RESUMO:

O presente artigo ocupa-se do fazer do operariado feminino da capital paraense nos primeiros anos do decênio de 1930. Nos empenhamos em demonstrar os espaços diversos de atuação das operárias: fabricas, serviços autônomos, oficinas, companheiras de labuta, entre outros, além de aspectos cotidianos, como: os salários auferidos, a aflição do desemprego, o compartilhamento do ofício entre operários e operárias no trabalho autônomo; a busca por recolocação mercado de trabalho, inclusive suscitando a migração entre ofícios. A análise das fontes de pesquisa (jornais da época, documentos oficiais, cartas, memoriais, abaixo-assinados) à luz de um aporte teórico internacional (BARTH (2002) e HOBSBAWN (1995)), nacional (BATALHA (2000; 2012), DECCA (1983), etc.) e regional (PINHIRO (2007), FONTES (2002), MOURÃO (1989), entre outros), nos permitiu identificar ainda, os investimentos dos industriais mediante à uma conjuntura de *Crise* e o elevado contingente de operárias inseridas nos estabelecimentos fabris de Belém, suas condições de vida e trabalho, aspectos pelos quais se conforma a agência diária destas operárias da capital paraense.

Palavras – Chave: Operariado Feminino; Trabalho; Gênero; Associativismo.

WORKING CLASS FEM: A SCENARIO IN A PLURAL AMAZON CAPITAL (BELÉM, 1930-1935).

ABSTRACT:

The present article deals with the making of the female laborer of the Belém in the early years of the 1930s. We strive to demonstrate the diverse spaces of the workers: factories, autonomous services, workshops, companions of toil, among others, besides Everyday aspects, such as wages earned, the affliction of unemployment, the sharing of the trade between workers and workers in self-employment; The search for replacement in the labor market, including raising migration between trades. The analysis of the sources of research (newspapers of the time, official documents, letters, memorandums, undersigned) in the light of an international theoretical contribution (BARTH (2002) and HOBSBAWN (1995)), national (BATALHA (2000; (2007), FONTES (2002), MOURÃO (1989), among others), allowed us to identify the investments of industrialists through a crisis situation and the Workers in the industrial establishments of Belém, their conditions of life and work, aspects that form the daily agency of these workers in the capital of Pará.

Keywords: working class Women; Work; Gender; Associativism.

¹ Mestre em História pelo PPHIST (UFPA) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (2015). Professor da FAM – Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia. rodrigues_ivanilson@yahoo.com.br

² Graduanda do Curso de Letras: Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Pará – UEPA. lais.lauane@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

No alvorecer da década de 1930, Belém do Pará apresenta uma conjuntura de transformações políticas, econômicas e sociais reverberantes de um cenário conflituoso e organizacional em nível nacional³. Neste contexto, encontra-se a mulher trabalhadora, que para além do cumprimento das jornadas de trabalho no lar, ocupava postos de trabalho diversos: comércio, indústria, magistério, ambulantes, cozinheiras, etc.⁴. Por esta assertiva, é possível inferir que a ocupação do espaço público do trabalho pelas mulheres, encontrava-se envolta por relações sociais semelhantes, compartilhadas pelo agente político *mulher*⁵, dentro de um universo de trabalho em grande medida ocupado pelo elemento masculino, mas que de acordo com suas ocupações acabavam as diferenciando em suas experiências, conflitos, lutas, violência, exploração, entre outras coisas, um exemplo disso era o soerguimento de duas demandas à mulher neste período: o operariado feminino e o movimento feminista⁶.

A mulher operária era assim nomeada para além do trabalho nas fábricas da capital, sendo assim reconhecidas as prestadoras de serviço, autônomas, proprietárias de pequenas oficinas, etc. O reconhecimento de uma “pluralidade” nas ações de sujeitos sociais concretos na tessitura de sua agência diária, nos conduz a certo abalo em balizas, por vezes, afeitas à homogeneidade, segundo Barth (2010, p. 109): “somos treinados a suprimir os sinais de incoerência e de multiculturalismo encontrados[...] Profundamente condicionados a rejeitar a abordagem, há muito desacreditada, estilo ‘colcha de retalhos’”, o autor faz emergir, o desconforto de alguns frente ao reconhecimento da existência de incongruências dentro desta pretensa homogeneidade sociocultural: “nós ainda insistimos obedientemente em encarar tais evidências como ameaça ao nosso objeto e às nossas premissas”.

Para Barth, a sociedade é formada por sistemas sociais que são fraturados por incoerências e fragmentos, diferente das abordagens macrosociais que vêm o mundo integrado regido por normas coerentes; há heterogeneidades. Para o antropólogo, o comportamento social não resulta de uma obediência mecânica a um sistema de normas; se a sociedade é fragmentada, os indivíduos se envolvem de maneiras diversas, e não de forma mecânica e

³ As referidas transformações concernem ao evento consagrado por parte da historiografia como Revolução de 30 e o período inicial de organização da chamada Era Vargas, que no Pará foram empreendidas pelo Interventor Federal Magalhães Barata.

⁴ O Imparcial, 14. 03. 1934, p. 01; Folha do Norte, 04. 11. 1935, p. 03.

⁵ Reconhecemos, com base nas fontes, outras formas de atuação do trabalho feminino no mercado de trabalho em Belém do Pará anos de 1930, como: professoras, musicistas, poetisas, artistas plásticas, gerentes das fábricas e lojas, etc., no entanto importa-nos ressaltar a premissa de que *mulheres operárias* são aqui tomadas como as que assim se identificavam e como eram identificadas pelos meios de comunicação, o que em grande medida referia-se à realidade de trabalhadoras pobres.

⁶ ÁLVARES (1990) nos chama atenção para a terminologia usada em referência ao movimento feminista, pois apesar de no Pará a luta das feministas serem encaminhadas pelo núcleo paraense da FBPF (Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino), este seria melhor definido como movimento sufragista.

sistematizada. Barth privilegia como unidade de observação a interação entre as pessoas. (MONTEIRO. 2008, p. 05)

O excerto é revelador de uma conjuntura social heterogênea no construto das relações entre os indivíduos, o que parece relacionar-se com o panorama circundante ao operariado feminino⁷ no início da década de 1930 na capital paraense, que num dado momento aproxima-se sob um viés generalizante (trabalhadoras, operárias, etc.), mas que acaba suscitando formas diversas de diálogo com o meio no qual está inserido (fábrica, oficina, lar, rua, etc.), em muito, determinadas pelos ofícios que desempenham (gráficas, datilógrafas, tamanqueiras, curtidoras, entre outras), e ainda, pelas relações sociais materiais e simbólicas as quais se encontram submetidas (mães solteiras, “chefes de família”, esposas, desempregadas, violência, limitadas condições de moradia – barracos e/ou casas alugadas, relações com o patronato, decretação/ausência de leis trabalhistas, entre outras).

Neste ponto, concordamos com Barth (2002) *apud* Coelho (2006, p. 05), para quem: “indivíduos de um mesmo grupo social podem acumular experiências particulares e fazer uso de diferentes esquemas de interpretação da realidade”. Neste sentido, nos parece pertinente o trato das ações individuais dos atores sociais de forma a apresentar uma realidade de organização do operariado feminino em Belém que transpõe, em muito, algumas abordagens caras a problematização do operariado, como a premissa de que se deve buscar a “história operária” por meio de uma relação de dependência com as disposições estatais e do patronato (BATALHA, 2012, p. 151), ou ainda, a que prioriza as ações da *classe operaria* pautando-se, em grande medida, na historicização das entidades operárias ou às que diziam “falar” em seu nome⁸.

Na verdade, entendemos como convidativa uma abordagem dialógica entre o macro e micro campo de análise, de forma a ampliar as análises concernentes à organização do

⁷ o presente estudo problematiza o universo circundante à mulher operária: trabalhadoras das fábricas, curtumes, gráficas, tamanqueiras, autônomas, etc.; assim a terminologia *mulher operária*, será aqui utilizada não em função de um pressuposto reducionista e/ou teorizante, mas sim, de acordo com as próprias formas de identificação utilizadas pelas operárias em suas cartas e ofícios, documentação do governo e pelos jornais da época (Folha do Norte, Diário da Tarde e O Imparcial).

⁸ Castoriadis (1985) alerta para a complexidade dos aspectos envolvidos na tentativa de historicizar o operariado: “É evidentemente essencial conhecer a evolução quantitativa do proletariado, sua proporção na população total, sua divisão geográfica, industrial, profissional, sua diferenciação interna e as modificações que essa sofreu, o desaparecimento de antigos ofícios e o aparecimento de novas qualificações, a evolução do nível e do modo de vida, a distância em relação a outras camadas sociais, as mudanças nos costumes, nas normas coletivas, no vocabulário, nas representações, nas aspirações, na relação das camadas operárias com as organizações e as ideologias que dizem representa-las ou com as instituições e as regras da sociedade estabelecida; é importante relacionar esses fenômenos entre si e com a evolução geral do capitalismo e com seus aspectos que mais afetam a condição operária (mudanças técnicas, ciclos econômicos, transformações seculares da organização social, etc.)”.

operariado feminino. Assim, é importante atentar para as ponderações de Revel (1997) no tocante aos *Jogos de Escalas*:

A micro-história insiste nos atores, suas escolhas etc., mas é preciso ver claramente que são atores *socializados*. As escolhas e as estratégias que encontramos no método micro são escolhas sociais, nada têm a ver com a soberania do indivíduo, nem com o ponto de vista da liberdade dos indivíduos. Não é esse o campo do historiador! (FERREIRA, 1997, p. 137)

O autor nos alerta para a preocupação no estabelecimento das relações que podem e devem ser feitas entre o macro e micro campo de análise. Contudo, neste trabalho não pretendemos produzir o que a historiografia consagrou como *micro-história*, mas, valorizar as ações individuais e coletivas dos sujeitos problematizados de forma a trazer a “luz” às possíveis relações entre individual e coletivo no fazer do operariado feminino.

A preocupação em fazer emergir as experiências vivenciadas por operárias em seu cotidiano de vida e trabalho, em muito fora motivada pelo contato com os trabalhos de Luís Balkar Sá Pinheiro acerca da história do trabalho na Amazônia, onde em um fecundo artigo enuncia:

Intitulei o projeto de "na contramão da história", menos por encerrar o desejo de exploração de temática ainda pouco trabalhada no contexto regional, ou de buscar uma interpretação analítica por longe dos tradicionais aportes do positivismo histórico, ainda vigente e forte na escrita da história no Norte do país, mas porque ele sinaliza diretamente para vivências e experiências sociais que partiam de um universo social segmentado e conflituoso em que as distâncias sociais e culturais engendraram caminhos não apenas diferenciados, mas também antagônicos. (PINHEIRO, 2007, p. 13-14)

Nossa pesquisa debruçou-se sobre áreas ainda pouco visitadas, concernentes ao macro campo da historiografia do trabalho na Amazônia, como: as relações de gênero, o operariado feminino, as sociabilidades nos espaços de trabalho, o cotidiano de vida e trabalho, etc., que em grande medida transpõem as balizas de uma História Tradicional. Neste contexto, além do trabalho de Luís Balkar, *O Pão Nosso de Cada Dia* de Edilza Fontes⁹ se constitui em uma pesquisa inovadora na historiografia brasileira e amazônica, por apresentar a divisão sexual do trabalho na atividade de panificação, o diálogo conflituoso entre patronato e trabalhadores, que experienciavam uma “recém-instituída” legislação trabalhista, e ainda, as relações de gênero gestadas dentro do ofício.

Darcy Flexa Di Paolo (1981), já demonstrava nos idos de 1980 as condições de trabalho e organização dos trabalhadores da Estiva em Belém, referenciando-se à intensa

⁹ FONTES, Edilza. **O pão nosso de cada dia: trabalhadores, indústria da panificação e a legislação trabalhista em Belém, 1940-1945**. Belém: Paka – Tatu, 2002.

atividade industrial existente na capital paraense durante a década de 1930. Ainda no correr do decênio de 1980, Leila Mourão (1989) apresenta um importante estudo quanto a consolidação da atividade industrial em Belém e circunvizinhança nas décadas iniciais do século XX. Pelo o que até agora vimos, temos a construção de um importante arcabouço historiográfico quanto a história do trabalho na Amazônia, com base no enunciado aporte teórico, nos empenhamos em oferecer uma contribuição à historiografia do trabalho na Amazônia.

Ocupações diversas, campos de luta semelhantes...

A presença de um número elevado de mulheres no setor produtivo no início da década de 1930 em Belém, revela uma conjuntura já observada nos anos iniciais do século XX (RAGO, 1985, p. 63), que coexistia com exploração da mão de obra infantil. A mulher operária assumia representações plurais no convívio social, que por vezes, acabavam conformando-se em formas diversas de enxergá-la na paisagem urbana da capital paraense, como: companheiras de labuta, jovens trabalhadoras, chefes de família, prestadoras de serviço, etc., alcançando dimensões sociais simbólicas que transcendiam o mero ofício que desempenhavam.

O que não indica uma fragmentação estática do lugar da operária, mas a pluralidade de seus papéis e o compartilhamento de relações sociais, por vezes semelhantes e/ou antagônicas em conformidade com o meio no qual se encontravam. Acerca da atuação da mulher nas “funções produtivas”, Matos & Borelli (2012) sentenciam:

Condicionamentos e necessidades variadas levaram as mulheres a assumirem diversas “funções produtivas”, abraçando habilmente as possibilidades existentes, ocupando brechas no mundo do trabalho ou tomando para si postos e colocações antes vetados ou inacessíveis. (MATOS & BORELLI, 2012, p. 127)

A ocupação do espaço público do trabalho por mulheres, revela traços de modificação nas formações familiares, quanto às práticas laboriosas e as relações de gênero. Um olhar minucioso sobre as cartas que o operariado enviava à Interventoria Federal do Pará, nos permite adentrar às relações de gênero, pois vemos emergir a condição da mulher como parte provedora do lar, não apenas como um elemento feminino que trabalha fora e ajuda com os ganhos auferidos, mas, sobretudo, da mulher casada que compartilha experiências semelhantes ao seu marido, tanto no ofício, quanto em parte no papel social no seio familiar. Não se trata aqui de igualar a condição da mulher operária a do homem na representação social da época, notadamente inclinada a um viés masculino, mas ressaltar as experiências

comuns tocantes ao universo de trabalho no seio familiar, que em muitos casos conspiravam a favor da desconstrução do “lugar” estático de submissão feminina, conformando-se por vezes em espaços de transitoriedade, sobretudo em realidades circundantes às famílias pobres. Como podemos constatar em uma carta de um operário “desempregado” ao Interventor do Estado:

[...] sempre vivi muito humildemente do meu trabalho modesto como empregado no comercio... numa fábrica de saltos de madeira... Conseguindo às custas de trabalho e privações, que Deus, eu e minha mulher sabemos, uma modesta economia de 2.800\$000, para o que ao sair do emprego, trabalhávamos até uma e duas horas da manhã, nas folgas das refeições, e nos domingos e dias feriados, fazendo sapatinhos, que vendemos às dúzias, ao preço de 48\$000, nas grandes casas, era nosso ideal possuir uma casinha onde pudéssemos estar livres dos senhorios. (APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Gabinete do Interventor; Série: Cartas (1931 – 1933), cx. 08.)

O excerto nos possibilita inferir aspectos cotidianos de uma família de operários. Chama à atenção as estratégias de sobrevivência, e, ocupação nos mundos do trabalho desenvolvidas por esse casal de operários. Ao que parece, durante o período no qual o marido trabalhava na “fábrica de saltos de madeira”, a mulher ocupava-se de trabalhos domésticos, sendo possível a construção de um espaço híbrido “lar-trabalho”, onde a esposa poderia até desempenhar ofícios análogos aos praticados no ambiente doméstico para ajudar com o sustento do lar como: lavadeira ou cozinheira, por exemplo.

De acordo com Franciane Lacerda (2006, p. 208), nas primeiras décadas do século XX era comum em meio à paisagem urbana a presença de mulheres lavadeiras, quituteiras, entre outras, desempenhando trabalho autônomo como forma de prover o lar. Semelhante conjuntura é observada nos anos iniciais da década de 1930 em Belém, coexistindo com o aproveitamento da mão de obra feminina nas fábricas, curtumes e oficinas da capital paraense, em trabalhos análogos às tarefas domésticas: costura (tecidos e sapatos)¹⁰, preparação de alimentos (doces e massas)¹¹, fiação (fios, cordas e cestaria)¹², entre outras.

Outro aspecto latente nas experiências do referido casal de operários, remete-se ao compartilhamento do ofício, considerando a experiência do marido na produção de calçados, é possível que este tenha ensinado o ofício à sua esposa; além disso, a sujeição às longas jornadas de trabalho até altas horas da noite e durante “os intervalos de almoço”, e ainda aos domingos e feriados, as formas de vendas (o que implicava em deslocamentos e carregamento

¹⁰ Fábrica de Tecidos da Pedreira, Sapataria Botafogo, Fábrica Boa Fama, entre outras.

¹¹ Fábrica Palmeira, Fábrica União, Fábrica São Vicente, entre outras.

¹² Fábrica Perseverança.

dos sapatos do lar aos locais de comercialização) e os próprios anseios por tornarem-se “livres dos senhorios”, se conformam em aspectos que definem a vivência cotidiana para ambos.

O afã por tornarem-se “livres dos senhorios” demonstra uma condição recorrente de duas demandas principais do operariado: a “libertação” da exploração da mão de obra e da ocupação de moradias alugadas. A exploração da mão de obra em vastas jornadas de trabalho, em grande medida era mais acentuada às operárias, pois ao vasculharmos os fragmentos de pesquisa encontramos um ordenado diário aos operários de 6\$000 a 10\$000¹³, enquanto que às operárias por serviços similares era pago 1\$000 a 3\$000¹⁴ e até 4\$000 ou 6\$000¹⁵, dependendo de uma vasta conjuntura de aperfeiçoamento profissional, os últimos valores são observados em casos esparsos, ao passo que em algumas denúncias constam os pagamentos de 500 a 800 réis a algumas operárias.

As nossas operárias têm um horário desumano, com uma compensação pecuniária miserável. Há fábricas que pagam 500 réis a uma operária, sem alimentação. Outras organizaram uma tabela de preços para tarefas ou peças, de per si, que a operária com doze horas de trabalho efetivo nunca consegue mais de 1\$500 a 2\$000 por dia¹⁶.

Quando comparada com outros centros urbanos do país, como São Paulo maior espaço produtivo nacional no decênio de 1930, é perceptível que a exploração da mão de obra feminina na capital paraense era, em grande medida, mais acentuada, pois:

Ainda em termos de salários deve ser destacada a pior condição das mulheres operárias... Mesmo em 1934, para obter um salário de 200\$000 réis mensais mais ou menos (o mais comum entre os trabalhadores masculinos) a mulher tinha que trabalhar mais que oito horas diárias: o salário mais frequente entre as mulheres consultadas em pesquisa realizada neste ano, era de 600 a 700 réis a hora, variando de quatro a cinco mil réis por dia, tendo sido bem mais baixo nos anos anteriores, conforme a imprensa operária do período em geral. (DECCA, 1983, p. 21)

A realidade de exploração da força de trabalho do operariado feminino em São Paulo, mesmo que acentuada, ainda assim, permitia às operárias a auferição de salários melhores do que a maioria das operárias de Belém, que raríssimamente rompiam a barreira dos 3\$000

¹³ Memorial apresentado pela Liga Nacionalista do Pará sobre a questão social operaria à Interventoria Federal do Pará. APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Gabinete do Interventor; Série: Ofícios (1931), cx.29.

¹⁴ Memorial formulado em 02 de janeiro de 1933 pela Concentração Feminina do Trabalho e encaminhado à Interventoria Federal do Pará via Federação Brasileira do Trabalho - APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Ofícios (1930 - 1934), cx. 182.

¹⁵ Carta enviada ao Jornal Folha do Norte (13. 01. 1930; p. 03) por Francisco B. Oliveira proprietário da empresa Gráfica Amazônia tratando da situação das “nossas operarias em relação aos salários e falta de assistência industrial de algumas fábricas de Belém”.

¹⁶ Memorial apresentado pela Liga Nacionalista do Pará sobre a questão social operaria à Interventoria Federal do Pará. APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Gabinete do Interventor; Série: Ofícios (1931), cx.29.

diários, tendo que recorrer, por vezes, ao poder público, como em 1933, para pleitear “um salário de 3\$500 a 4\$000, dispensando o almoço da fábrica, porque a comida é extremamente ruim.”¹⁷. Um ponto em comum nas duas capitais acerca da condição do operariado feminino, remete-se a diferenciação salarial entre homens e mulheres, visto que em Belém as operárias recebiam rendimentos inferiores aos homens, e em São Paulo “a situação da mulher operária e do menor, de ambos os sexos, era nitidamente pior que a do operário do sexo masculino em termos salariais, condições de trabalho (regime de trabalho), etc.” (DECCA, 1983, p. 22).

Acerca da questão habitacional, encontramos um elevado volume de pedidos de ajuda de operários e operárias ao Interventor Magalhães Barata, sobre: pagamento dos aluguéis atrasados mediante a ameaça de despejo, solicitação de terrenos não utilizados por meio de aforamento, redução ou supressão de impostos atrasados com a prefeitura (*O Imparcial*, 05. 01. 1934, p. 02), e ainda, concessão de terrenos em locais específicos como o bairro da Pedreira, para a construção de casas aos operários. A prática de atenção da interventoria aos anseios concernentes às moradias, motivaram constantes protestos dos “pobres operários”, que não mais obtinham tais “benesses” após a saída de Magalhães Barata, já nos idos de 1935. Quanto à construção de uma memória de aproximação das massas operárias e o “regime revolucionário”, o jornal *O Imparcial* (30. 07. 1935, p. 01) destacava: “Antigamente, no regime revolucionário, os pobres que possuíssem uma única barraca e nela residissem, bastavam requerer isenção do pagamento de décimas urbanas”, condição que mudaria com o novo governo: “criou-se mais uma taxa absurda de 10\$000”. Retomando a carta do citado casal de operários aqui mencionada, notamos sua inserção nesta conjuntura:

Depois de muito procurar, um amigo informou-me que havia um terreno, que julgava da Prefeitura, pois conhecia-o a mais de 20 anos abandonado sem que alguém desse notícia de qualquer benfeitoria ali e visto o Dec. N. 414 de 7 de Julho de 1931, por V. E. baixado... Imediatamente fui a uma pessoa habilitada e paguei para fazer uma petição pedindo à Prefeitura Municipal, que dada busca no arquivo, caso o terreno lhe pertencesse fosse-me dado por aforamento. (APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Gabinete do Interventor; Série: Cartas (1931 – 1933), cx. 08.)

A leitura da carta deixa transparecer não apenas a necessidade de moradia desta família de operários, mas fundamentalmente, a intenção em construir um espaço híbrido “lar-trabalho”, possivelmente ali se construiria a moradia e a oficina para o acondicionamento de ferramentas, matéria prima, e o estoque dos sapatos produzidos. A formação de espaços híbridos “lar-trabalho” era amplamente notada nas denúncias encaminhadas ao governo, por

¹⁷ Memorial formulado em 02 de janeiro de 1933 pela Concentração Feminina do Trabalho e encaminhado à Interventoria Federal do Pará via Federação Brasileira do Trabalho - APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Ofícios (1930 - 1934), cx. 182.

exemplo, contra a iniciativa do operariado em desenvolver atividades autônomas, sobre a premissa de que seriam “atividades ilegais”. Um ponto de destaque nestes casos, era a disputa dentro do próprio ofício, pois, em grande medida estas denúncias eram iniciativas das entidades de classe que os representavam.

No início de 1934, um documento encaminhado pelo Sindicato Operário União dos Manufatureiros de Tamancos do Pará demonstrava indignação frente à produção autônoma de sapatos e tamancos em pequenas oficinas de Belém, comumente feitas em espaços híbridos como os anteriormente citados, espaços que por vezes confundiam-se entre locais de convivência e labuta diária. Alguns aspectos tocantes ao conteúdo deste documento destacam-se quanto às motivações que levaram tal entidade de classe à encaminhar as denúncias, o sindicato enunciava: “cumprindo as ordens de V. Excia., mandando que enviasse a essa Interventoria, uma lista dos nomes e domicílios dos tamanqueiros, que além de não pagarem os impostos, negam-se a tirar suas carteiras profissionais”¹⁸. Neste documento seguia em anexo uma lista de nomes e locais onde ocorriam as ditas “ilegalidades”, reproduzida no quadro abaixo:

QUADRO Nº 1: Lista dos tamanqueiros que não atendiam às determinações oficiais.

Domicio Ferreira	Av. Theodomiro Martins, nº 181
Missias da Conceição Chagas	Av. Theodomiro Martins, nº 164
Abel Bandeira	Av. Conselheiro Furtado, nº 1547
José Gama	Trav. 9 de Janeiro, nº 1258
Maria Ferreira	Rua 28 de Setembro, nº 401
Raimundo Lopes	Rua 28 de Setembro, nº 323
Brígido Pereira de Sousa	Trav. Antonio Baena, nº 933
Francisco Vieira	Trav. da Vileta, nº 854
Francisco Cavalcante	Trav. Humaitá, nº 202

¹⁸ Ofício encaminhado à Interventoria Federal do Pará pelo Sindicato Operário União dos Manufatureiros de Tamancos do Pará, datado de 31 de janeiro de 1934. APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Ofícios (1930 - 1938). cx. 218.

Antônio Sebastião	Av. Theodomiro Martins, nº 227
José Lata da Silva	Av. Theodomiro Martins, nº 252
José Raimundo	Trav. Curuçá, nº 1126
Francisco Furku	Av. Theodomiro Martins, nº 78

FONTE: Reprodução na íntegra da tabela anexa ao ofício enviado pelo Sindicato Operário União dos Manufatureiros de Tamancos do Pará à Interventoria Federal do Pará em 1934. Ofício encaminhado à Interventoria Federal do Pará pelo Sindicato Operário União dos Manufatureiros de Tamancos do Pará, datado de 31 de janeiro de 1934. APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Ofícios (1930 - 1938). cx. 218.

O sindicato (SOUMTP) dizia atender às determinações do interventor Magalhães Barata, e assim denunciar os operários e operárias que produziam na capital paraense de forma ilegal, ou seja, não obedecendo determinações oficiais para o desempenho do ofício. No entanto, no intuito de constatar as denúncias e resolver o impasse, o governo do Estado, empreendeu ações fiscalizadoras que acabaram confeccionando laudos oficiais acerca das “reais” condições de produção e de regularização de alguns dos denunciados, o que nos permite uma “olhada” pelas frestas das reais motivações e objetivos das denúncias, de acordo com os documentos confeccionados pela fiscalização, a mesma se fazia pertinente: “para verificar se estão fabricando e vendendo tamancos, sem licença, as seguintes pessoas denunciadas por fabricantes legalizados, ao Exmo. Sr. Interventor – em requerimento”¹⁹.

O excerto deixa transparecer a disputa pelo “mercado consumidor” de Belém, entre os operários que se ocupavam do ofício de tamanqueiros autônomos, indicando uma disputa entre: legalizados e ilegais. O próprio documento ressalta a possível motivação das denúncias, mediante a constatação de que a operária Maria Ferreira (uma das denunciadas), por exemplo, estava em dia com as obrigações legais que dirimiam o desempenho do seu ofício:

De acordo com a determinação de V. S^a, verifiquei que a Sra. D. Maria do Nascimento Ferreira, estabelecida com pequena oficina de sapataria e tamancaria, no prédio sob o nº 401, à 28 de Setembro, pagou no ano passado, segundo, com o recibo desta Prefeitura, folha 36, talão 11, a licença concedida em lei para esse ramo de negócio, estando coletada para o presente exercício. Segundo alega o responsável pela referida oficina, em virtude de sua proprietária estar ausente, as denúncias provem de não ter atendido um convite para a sindicalização.²⁰

¹⁹ Relatório confeccionado pela Inspetoria Geral em 17.02. 1934, enviado à ao Sr. Fiscal do 2º Distrito, sendo posteriormente encaminhado ao Interventor Magalhães Barata, em 19. 02. 1934. APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Ofícios (1930 - 1938). cx. 218.

²⁰ *Idem.*

A ressalva de que as acusações se assentavam, em grande medida, na ação negativa frente a um orquestrado processo de sindicalização, demonstra o ambiente de disputas e resistências quanto ao associativismo presente nos diversos ofícios. Considerando as informações presentes na lista de pessoas denunciadas, das 13 citações encontramos apenas uma mulher, isso poderia indicar a presença minoritária de mulheres desempenhando o ofício de tamanqueiras autônomas, por outro lado, revela um construto de labuta diário no qual o empenho em abrir e manter pequenas oficinas por parte das operárias, não se conformava em uma relação de dependência ao elemento masculino.

Nesse contexto, ao mesmo tempo em que imaginamos que a operária Maria Ferreira, se constitua em uma das poucas operárias a liderarem uma pequena oficina, suscitamos que o emprego de mulheres no ofício de tamanqueiras em pequenas oficinas ou mesmo nas grandes fábricas (Botafogo, Rex ou Boa Fama, por exemplo) não fosse tão reduzido, como nos indica um ofício enviado à Interventoria:

A Diretoria do Sindicato União dos Operários Manufatureiros de Tamancos do Pará, tem o prazer de levar ao conhecimento de V. Excia., que em sessão de assembleia geral realizada em 21 do corrente, com a presença de mais de 90 associados de ambos os sexos... instalou sua sede social, na rua 25 de Setembro nº 439.²¹

O trecho do documento indica certa representatividade numérica de operárias tamanqueiras sindicalizadas. No entanto, a construção discursiva deixa transparecer certa preponderância do universo masculino em meio à entidade de classe: “...desde já põe à disposição de V. Excia, podendo contar com estes humildes operários...”. No intuito de apresentar seu apoio ao Interventor Magalhães Barata no pleito eleitoral que se aproximava nos fins de 1934, a direção do sindicato aciona uma condição masculina acerca de sua entidade.

As jovens trabalhadoras por vezes assumiam o papel de chefes de família, como podemos constatar nas cartas enviadas ao governo: “Eu, Narcisa da Graça Pinto, mutilada, vivo do trabalho de duas filhas que são meu único arrimo”²², ou mesmo nos jornais da época, ressaltando: “o papel de verdadeiras ‘chefes de família’, onde a remuneração percebida acabava por beneficiar, em alguns casos, também suas mães e pais inválidos, ou irmãos menores” (*Folha do Norte*, 27. 03. 31, p. 05.). A condição da mulher como provedora do lar

²¹ Ofício enviado em 22. 01. 1934 pelo Sindicato Operário União dos Manufatureiros de Tamancos do Pará à Interventoria Federal do Pará. APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Ofícios (1930 - 1938). cx. 218.

²² Carta enviada à Interventoria Federal do Pará em 29. 03. 1933. APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Gabinete do Interventor; Série: Cartas - 1933.

ganhava reconhecimento social, inclusive suscitando certa inclinação protecionista de trabalhadores, entidades de classe, imprensa e governo (RODRIGUES, 2008, p. 29 - 37).

No entanto, é importante ressaltar que em meio à valorização da mulher trabalhadora nesta “modernidade” dos anos de 1930, que em muito reverberava o discurso modernizador, industrializante e de colaboração com as classes trabalhadoras da Aliança Liberal às vésperas da instalação do governo varguista e na execução de seu exercício, encontrava-se elementos caros a uma dominação masculina²³, que por vezes reduzia o espaço feminino ao espaço doméstico, transparecido no início de alguns anúncios nos jornais: “Senhores chefes de família! Senhoras donas de casa!” (*Folha do Norte*, 08. 02. 1930, p. 06.). Aqui temos claramente, a associação ao elemento masculino à condição de provedor do lar, e à mulher aos afazeres domésticos e ao cuidado com as crianças, atribuições primeiras de uma “dona de casa”, “invisibilizando” toda uma conjuntura de labuta e ocupação do espaço público pelas mulheres (pobres ou abastadas) na sociedade de classes, pois segundo Saffioti (1969):

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. (SAFFIOTI, 1969, p. 40)

O alcance dos “tentáculos” da sociedade capitalista, que acaba arregimentando direta e indiretamente a mulher em seus diferentes níveis sociais: operária, burguesa, trabalhadora doméstica, profissionais liberais, etc., pode ser lido, como um dos fatores de emergência da mulher no espaço público, que não se traduz apenas pela condição da mulher trabalhadora, mas também, pelas diversas teias de relações sociais, que vão sendo construídas e possibilitadas – através das “brechas”, fraturas, e mudanças na sociedade. Um exemplo disso é a organização do movimento feminista desde os anos de 1920 e que se fortalece na década de 1930, com a atuação da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, inclusive com a criação de um núcleo paraense (ÁLVARES, 1990, p. 609). A militância feminista ganhava um cunho notoriamente sufragista, ou seja, a luta da mulher por participação política (âmbito social reconhecido como universo público masculino), empreendida por mulheres das classes média e alta, mas que por vezes solidarizou-se com as demandas do operariado feminino.

²³ Neste ponto, concordamos com Bourdieu para quem a dominação masculina pode ser entendida dentro de um universo simbólico, que em dados momentos, se conforma de acordo com o exercício da violência simbólica se traduzindo como: “violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento”. Ver: BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução: Maria Helena Kuhner. – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Crise Econômica e Desemprego – Investimentos e realocação no Mercado de Trabalho.

Um dos fatores que em muito afligia as operárias era a ameaça de desemprego, observa-se nas fontes que um dos aspectos mais recorrentes para se explicar a dispensa das trabalhadoras, era a “falta de trabalho” – impulsionada pela escassez e aumento do valor das matérias-primas, a modernização dos espaços produtivos, a contração de dívidas (comumente empréstimos bancários), entre outras.

Fulgêncio Santos & Ca., comerciantes estabelecidos nesta cidade, proprietários da Fábrica “União”, a travessa 7 de Setembro Nos. 112/120, fabricando em grande escala: massas alimentícias, biscoutaria, bombons de chocolate, únicos possuidores de patentes para o fabrico de tigelinhas cravadas e inteiriças para a captação do leite da Seringueira; em face da depressão comercial, que é reflexo da redução que todos os negócios sofreram, pela crise que a todos assaltou e conhecendo a intenção patriótica de VEx.^a de auxiliar financeiramente nosso comércio e indústria... Pedem os signatários, um empréstimo de QUINHENTOS CONTOS DE RÉIS (Rs500:000\$000), pelo espaço de 5 anos, garantido com a hipoteca de prédios urbanos, maquinismos... nas condições e clausulas que VEx.^a determinar.²⁴

O exemplo da Fábrica “União” revela um momento de retração na atividade econômica e mesmo produtiva entre as indústrias da capital paraense, conjuntura reverberante de um cenário economicamente crítico num plano nacional e internacional, que pode ser explicado como herança da chamada *crise de 1929* (HOBSBAWN, 1995, p. 90 – 112), que abalou os alicerces da economia mundial, que àquela altura se traduzia em um terreno fértil para a absorção da atividade produtiva paraense no início dos anos de 1930, como se pode vislumbrar na importância dada pelos industriais paraenses, por exemplo, na participação em feiras e exposições de produtos no Brasil e no exterior: “Grande Fábrica ‘União’... Grande prêmio nas exposições do Rio de Janeiro, Bruxelas e Estado do Pará”²⁵. A exposição dos produtos paraenses em feiras do sul²⁶ e sudeste do país era utilizada pelo patronato como forma de garantir a ampliação dos mercados à produção local, como demonstrara *O Imparcial* em meados de 1933: “O Pará na Feira de Amostras, em S. Paulo”.

Tem alcançado grande sucesso a 1ª Feira Internacional de Amostras... Dentre os <stands> que mais atraíram a atenção, é de salientar, com justiça, o do Estado do Pará, no qual estão inteligentemente dispostos vários mostruários, inclusive de castanha, fibras e de artefatos de borracha, artigos que por serem genuinamente paraenses, são os que mais se destacam ali e provocam

²⁴ Ofício enviado ao Interventor Magalhães Barata pela Fabrica União em 31. 10. 1932. APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Gabinete do Interventor; Série: Ofícios (1932), cx. 34.

²⁵ Ofício enviado ao Interventor Magalhães Barata pela Fabrica União em 31. 10. 1932. APEP - Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Gabinete do Interventor; Série: Ofícios (1932), cx. 34.

²⁶ Nos idos de 1935, a imprensa veiculava uma matéria intitulada: “A vitória da indústria paraense em Farroupilha”, em referência a uma feira de produtos industriais ocorrida em Porto Alegre – Rio Grande do Sul. Folha do Norte, 13. 10. 1935, p. 01.

a curiosidade dos visitantes. A título de propaganda, os representantes do grande Estado nortista fizeram, no decorrer do dia e da noite, profusa distribuição de castanha, a preciosa amêndoa amazônica, que vem assim, de conquistar a simpatia e a preferência dos paulistas. (*O Imparcial*, 20. 05. 1933, p. 01).

Antagonicamente ao enunciado ambiente de crise econômica dos anos de 1930, notamos investimentos da classe patronal de Belém na modernização e ampliação de seus negócios, alicerçado em um discurso de otimismo e com vistas ao progresso do Estado, como os casos da Fábrica de Tecidos da Pedreira e do Curtume Americano:

A INDÚTRIA DOS TECIDOS EM BELÉM... É uma obra de grandes proporções, verdadeiro arrojo comercial, numa época como a nossa, em que todas as classes conservadoras e ramos de atividades estão sofrendo as consequências de uma crise verdadeiramente acentuada... com a sua montagem, superior a três mil contos, sem outro responsável que não a firma individual do seu proprietário... A maquinaria é o que se pode exigir de mais moderno, tudo é acionado a eletricidade... Não há em toda em toda a fábrica uma só antiga transmissão, tudo se movimenta a um só impulso de um pequeno botão elétrico... (Folha do Norte, 16. 04. 1930, pg. 05.)

A evolução industrial de nossa terra se tem feito notar ultimamente em todo o país, e também no estrangeiro, devido a boa aceitação de nossos produtos, cujo o fabrico já se acha aperfeiçoado... Frisando, porém essa admirável conquista de nosso meio, de tão belas perspectivas e de fins altamente utilitários à situação econômico-financeira do Estado, forçoso é destacar com um dos principais fatores do nosso progresso, o CURTUME AMERICANO, esse importantíssimo estabelecimento que honra a indústria dos couros no Pará, fazendo repercutir lá fora o movimento propulsor das nossas possibilidades e concorrendo francamente para o aumento das cifras de exportação em todo o Brasil. (Folha do Norte, 01. 01. 1930, pg. 35.)

CURTUME AMERICANO: INAUGURAÇÃO DE NOVOS MELHORAMENTOS E EXPOSIÇÃO DE NOVOS PRODUTOS... Esses melhoramentos são no sentido de modernizar e aperfeiçoar o fabrico dos artigos que produz, colocando o Curtume Americano ao nível dos mais bem aparelhados do país. (Folha do Norte, 15. 02. 1930, pg. 01.)

Os excertos indicam um ambiente de integração econômica entre a atividade produtiva desenvolvida na capital paraense, a realidade industrial brasileira e a conjuntura financeira internacional. Segundo Bercito (2011, p. 372), no plano nacional nota-se um crescimento da atividade industrial durante a década de 1930, sendo ampliados os investimentos na aquisição de maquinário, mesmo frente às disposições governamentais que dificultavam “a aquisição destes insumos no exterior”.

Neste ponto, imaginamos que os esforços na expansão das estruturas físicas e a inclinação à modernização da maquinaria estejam envoltos em duas demandas principais do patronato local: primeiro, o apelo modernizador talvez se alicerce na prática discursiva

difundida pelos “novos” agentes políticos envolvidos nas disputas políticas: federal e regional²⁷, sobretudo no que tange a um ideário de ruptura pautado no advento de uma “nova era” urbana e industrial, em contraponto ao período anterior “atrasado”, “rural” e “agroexportador”; de outra forma, suscitamos a hipótese de que os industriais buscavam alternativas para a diversificação da produção, elevação da qualidade dos produtos, e por conseguinte, a resistência a concorrência do restante do país, com vistas a ampliação dos mercados.

Alguns espaços fabris de Belém, apresentavam-se afeitos às estratégias de modernização produtiva e ampliação de mercados a seus produtos. O Curtume Americano se traduzia em um espaço de sociabilidade entre operários e operárias, empregando 150 operários e 30 operárias (*Folha do Norte*, 01. 01. 1930, pg. 35), já nos primeiros anos da década de 1930. Notamos que destarte o arrojo, coragem e otimismo destes agentes do patronato local no melhoramento e modernização de sua atividade produtiva, há certo alinhamento ao discurso enunciado pelos proprietários da Fábrica “União”: o reconhecimento dos problemas ocasionados pela crise econômica.

Seguindo esta conjuntura, com o avançar dos anos outros fatores passaram a refletir as dificuldades da classe patronal: problemas no atendimento às “novas” disposições governamentais, redução na oferta de matérias-primas, interferências climáticas/sazonais, etc., como nos indica a carta enviada ao governo do estado pela Fábrica de Conservas São Vicente em 1933:

As dificuldades que nos assoberbaram durante o ano de 1932, passado, contribuíram para que não pudéssemos cumprir na íntegra o regulamento de Saúde Pública. A n/ produção de castanha no referido ano, quase igual a quarta parte do ano de 1931, a sua conseqüente baixa nos mercados consumidores e, bem assim, a diminuta procura nesses mercados, não nos deixaram margem para lucro de natureza alguma... Por outro lado, com a fabricação de doces, não foi melhor o ano financeiro de 1932... o verão prolongado contribuiu para a pequena fabricação daquele ano, devido a falta de fruta, que só houve em pequena escala, impossibilitando-nos assim, de

²⁷ Apesar de parte da historiografia destacar que o ideário revolucionário e vanguardista da Aliança liberal tendo como ápice a chamada Revolução de 1930, sob o signo da ruptura e do advento do novo, seria muito mais uma construção discursiva como forma de silenciar os diversos atores sociais e políticos envolvidos no contexto, se traduzindo assim, em um discurso dos “vencedores” (TRONCA, Ítalo. *Revolução de 30: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 2004; DECCA, Edgar de. *1930: O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981), tal premissa discursiva dos “vencedores” foram adotadas em grande medida durante os anos subsequentes ao evento citado; desta forma, parece importante destacar que o discurso inovador, industrializante e de colaboração com as classes laboriosas dos “novos” agentes ascendidos ao poder encontrou sustentação real nas referências feitas ao “novo” governo instituído no Estado do Pará, por exemplo, como se pode notar em alguns documentos encaminhados à interventoria Federal: “o espírito justiceiro que de V. Ex., que é parte integrante do movimento revolucionário que integrou o nosso Brasil a um novo destino” (carta de um operário desempregado – 1930); “considerando que a Revolução triunfante de 24 de Outubro, veio para pôr fim a fórmula da vil política” (Sindicato dos Trabalhadores do Pinheiro - 1932); “o governo de V. Excia. Visando amparar a indústria” (Usina Villa Nova - 1932).

melhores negócios, por não podermos atender os pedidos das praças nacionais.²⁸

Os fatores complicadores que de forma geral prejudicaram a Fábrica de Conservas São Vicente, ainda ganhariam outro aliado, a taxa tributária: “Paralelamente a essa dificuldade vem uma outra que também nos acarreta inúmeros prejuízos: o imposto cobrado sobre as frutas, que é feito no município de origem e nesta capital”²⁹. Pelo exposto, é perceptível a heterogeneidade de relações circundantes à atividade produtiva e à classe patronal, fatores diversos coexistiam e que de maneira direta e indireta refletiam-se sobre o operariado.

Neste contexto, temos uma conjuntura em que a oferta de emprego, alavancada pelos investimentos e ampliação dos estabelecimentos produtivos, coexistia com um ambiente de crise que contribuía para o avanço de uma “moléstia social” às classes laboriosas: o desemprego. Podendo ser “visualizada” no discurso do próprio patronato:

Acontece porém que a Usina Villa Nova, que girava na praça sob a Firma Claudino Romariz & Cia Ltd., teve necessidade de dissolver-se, reembolsando seus antigos sócios... A retirada do dinheiro do giro comercial, determinou a paralização quase completa das seções de sementes e óleos, sendo dispensadas cerca de 300 operárias e 50 operários, que se ocupavam na escolha de murúmurú, cujas seções pela sua natureza exigem um grande empate de capital... A seção de beneficiamento de castanha foi melhorada... apesar das dificuldades, durante algum tempo esta seção proporcionou trabalho a cerca 250 operárias, no decorrer deste ano³⁰

A presença majoritária de operárias na Usina Villa Nova indica uma atuação maciça nas indústrias de beneficiamento de castanha e de sementes oleaginosas da mão de obra feminina, aspecto notado em outros estabelecimentos de atividade similar (Usina Santo Antônio, Fabrica Conceição, Usina Victoria, entre outras), o que por outro lado, incidia com a possibilidade de desligamentos em massa (“sendo dispensadas 300 operarias”). Assim, as operárias vivenciavam o flagelo da exploração da mão de obra em longas jornadas diárias, em troca de baixos rendimentos salariais, e ainda, estavam constantemente expostas a ameaça do desemprego.

²⁸ Carta enviada em 16 de janeiro de 1933 ao Interventor Magalhães Barata pela Fábrica de Conservas São Vicente situada a Rua Municipalidade, nº 05 (estabelecimento composto de duas seções: beneficiamento de castanha e de doces). APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Gabinete do Interventor; Série: Cartas (1933), cx. 07.

²⁹ *Idem.*

³⁰ Ofício enviado em 28 de outubro de 1932 pela Firma Claudino Romariz & Cia Ltd., situada à Av D. Pedro I, nº 1, proprietária da Uzina Villa Nova (que se ocupava da produção de: sabão, óleos, sabonetes e beneficiamento de sementes, e ainda, da produção de farinhas alimentícias e da classificação de fibras vegetais.) ao Interventor Magalhães Barata. APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Gabinete do Interventor; Série: Cartas (1930 – 1933), cx. 06.

O desemprego era um fator de grande preocupação, e mesmo, de reinvenção das operárias, que recorriam à estratégias diferentes no que tange a recolocação no mercado de trabalho, por vezes, renunciando a seus ofícios e “abraçando” outros, pois “as ações dos atores são resultados das escolhas e das estratégias que eles tomam... se as escolhas dependem dos recursos, juntamente com esses processos, surgem as incertezas e imprevisibilidades nas interações dos indivíduos.” (MONTEIRO, 2008, p. 03). Esses deslocamentos entre diversos espaços dos ofícios como forma de garantir uma (re) colocação no mercado de trabalho era prática comum dentro da pluralidade de relações sociais circundantes às operárias, como observamos nesta carta endereçada ao Interventor Magalhães Barata:

É uma operária quem tem a honra de dirigir esta carta à V. Ex.^a... Trabalhei muitos anos em fábrica de Perfumarias Orion e Moderna, da qual foi desligada por falta de trabalho, como sucedeu a outras companheiras. Logo após adoeci; por falta de meios foi ter ao Hospital de Caridade onde sofri uma operação. Restabelecida tenho procurado trabalho e não encontro. Porque quero e preciso trabalhar para manter-me, recorro a V. Ex.^a para pedir uma colocação, como servente no Grupo escolar Augusto Montenegro, que se vai instalar. Certa de que V. Ex.^a Dara a este pedido o devido apreço assino-me. Serva e Admiradora, Josepha Fiuza de Oliveira³¹.

As palavras da operária Josepha Fiuza de Oliveira permitem um “ingresso” nas condições cotidianas as quais muitas operárias deviam compartilhar: o desemprego por “falta de trabalho” (“como sucedeu a outras companheiras”), e ainda, o adoecimento e as dificuldades de reingresso na atividade produtiva. As possibilidades de adoecimento das operárias (desempregadas ou empregadas) era uma realidade comum, seja pelas condições adversas de alimentação, moradia (muitas se referiam as suas habitações como “barracos”, “barracas” e “choupanas”), etc.; seja pelas condições insalubres de trabalho dentro dos espaços fabris – motivos constantes de protestos pelas entidades das classes trabalhadoras.

Desta forma, as operárias em muitos casos recorriam a outras alternativas de inserir-se nos mundos do trabalho, e, sobretudo garantir o provimento do lar. O empenho no trabalho autônomo e na prestação de serviços era recorrente entre essas trabalhadoras. Em matéria do jornal *Folha do Norte* é possível se observar esta conjuntura:

Reside à travessa José Bonifácio, n. 3, a pobre mulher Elvira Lima, a qual vive do seu trabalho honesto, para adquirir o pão de cada dia... A semana passada, Elvira foi incumbida de costurar 10 dúzias de pares de sapatos para a Companhia Plantações de Borracha, sito a travessa Quintino Bocaiuva, à

³¹ Carta datada de 29. 08. 1933 endereçada ao Interventor Federal Magalhães Barata. APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Gabinete do Interventor; Série: Cartas - 1933.

razão de 1\$500 a dúzia... ultimado o trabalho, Elvira compareceu para receber os 15\$000 ganhos com o seu suor, não conseguindo cousa alguma.³²

A prestação de serviço às indústrias da capital paraense descortina não só uma prática do operariado feminino, como os próprios meandros da exploração sofrida, pois além de sujeitar-se às condições de ganhos por produtividade (prática notada também entre as operárias das fabricas), estavam sujeitas ao não recebimento ou mesmo ao atraso do pagamento. Chama a atenção neste caso, a mediação da polícia, na falta de pagamento reclamada por Elvira Lima, estando esta matéria inserta na seção “Na Polícia e nas Ruas” do jornal *Folha do Norte*.

CONCLUSÃO

A *História do Trabalho* na Amazônia de fato ainda está por ser escrita, no que tange ao operariado do século XX, esforços suscitados desde os estudos de Darcy Flexa Di Paolo (1981) e Edilza Fontes (2002); temos ainda, estudos como o de Luís Balkar Pinheiro (2007), que concentra suas análises ao espaço amazônico “centrando seu foco na vivência operária, ‘na fábrica e fora dela’”, estes foram encorajadores de estudos referentes à classe laboriosa no alvorecer do século XX, tais autores se constituíram em importantes aportes teórico-metodológicos na construção de nossa pesquisa.

A intenção com o que apresentamos foi mostrar a pluralidade dos ambientes onde as operárias mantinham seus espaços de sociabilidades, suas estratégias de sobrevivência e ocupação dos espaços públicos do trabalho, as possibilidades de reinvenção e adaptação. Os diversos expedientes de diálogo do operariado feminino com formas variadas de trabalho, a transitoriedade dos papéis sociais e mesmo no seio familiar, o convívio marcado e delimitado pelos ofícios que desempenhavam, suas limitações e motivações no construto de sua agência diária, entre outras coisas, permite uma entrada fragmentária ao cotidiano de trabalho e de vida destas mulheres.

A produção historiográfica quanto à *História do Trabalho* na Amazônia parece um campo fecundo e convidativo à produções de maior alcance analítico. O presente trabalho apresenta-se como um estudo fragmentário, representativo de uma “simbiose historiográfica” de dois campos, que longe de parecerem distintos ou mesmo distantes, acabam por ampliar as análises: a *história do trabalho* e a *história das mulheres*. O empenho em apresentar as

³² Folha do Norte, 23. 01. 1930, p. 06. A Companhia Paraense de Plantações de Borracha era proprietária da Usina Victória (localizada na Ilha das Onças – em frente à Belém) e da Usina Conceição (situada na Vila do Pinheiro – atual Distrito de Icoaraci em Belém).

mulheres operárias em sua agência diária, o compartilhamento cotidiano e de trabalho com o elemento masculino, converge para tornar sujeitos sociais “excluídos” de historicização, em protagonistas das multifacetadas relações políticas, sociais, econômicas, produtivas, de gênero, etc., de sua época.

***Artigo recebido: 29/07/2016 – Aprovado: 23/05/2017.**

Fontes Hemerográficas e Documentais

Jornais:

Diário da Tarde (1932-1933).

Folha do Norte (1930-1935)

O Imparcial (1931-1935)

Documentação:

APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Gabinete do Interventor; Série: Ofícios (1931), cx.29.

APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Ofícios (1930 - 1934), cx. 182.

APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Gabinete do Interventor; Série: Ofícios (1931), cx.29.

APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Ofícios (1930 - 1938). cx. 218.

APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Gabinete do Interventor; Série: Cartas - 1933.

Referências Bibliográficas

ÁLVARES, Maria Luzia M. **Saias, Laços e Ligas: construindo imagens e lutas (um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses-1910/1937)**. Belém: Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Altos Estudos da Amazônia-NAEA. UFPA, 1990.

BARTH, Fredrik. **O guru e o iniciador: e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

BATALHA, Cláudio H. M. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BATALHA, Claudio H. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetória e tendências. IN: **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. FREITAS, Marcos Cezar (Org.). São Paulo: Editora Contexto, 2012. p. 145 - 158.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner. – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Experiência do Movimento Operário**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

COELHO, Claudio Marcio. Aproximações teóricas e metodológicas entre Fredrik Barth e Carlo Ginzburg: micro-análise e indiciário. – **Núcleo de Estudos Indiciários** – DCSO – CCHN-UFES, Vitória: 2006. p. 01 – 16.

DECCA, Edgar de. **1930: O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo – 1927-1934**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas: 1983.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Entrevista com Jacques Revel. Entrevista concedida em fevereiro de 1997. **Revista Estudos Históricos**, Vol. 10, No. 19 (1997), pg. 121 - 140. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/285>>. Acessado em: 10. 12. 2013.

FOOT HARDMAN, Francisco. **Nem Pátria, Nem Patrão!:** memória operária e literatura no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 3ª edição, rev. e amp. 2002.

FONTES, Edilza. **O pão nosso de cada dia: trabalhadores, indústria da panificação e a legislação trabalhista em Belém, 1940-1945.** Belém: Paka – Tatu, 2002.

HOBBSBAWN. Eric J. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914 - 1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889 - 1916).** Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2006. p. 208.

MONTEIRO, Livia Nascimento. Entre Escolhas e Incertezas: A Utilização da Abordagem Micro-Analítica na História Social. **II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES;** Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008. p. 01-13. Disponível em: <http://www.lahes.ufjf.br>. Acesso: 15. 11. 14.

MOURÃO, Leila. **Memória da Indústria Paraense.** Belém: FIEPA/ SESI/ SENAI/ IDEPAR/ IEL.1989.

PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. **Na Contramão da História: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945)** IN: Canoa do Tempo – Revista do Programa de Pós – Graduação de História, Manaus, vol.1, num. 1, jan./dez., 2007. p. 11-32.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar:** Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, José Ivanilson da Luz. **Trabalhadores Organizados: práticas, conflitos e cultura (Belém, 1930-1932).** Monografia de Conclusão de Curso de História apresentado à Universidade Federal do Pará: Belém, 2008.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 30: a dominação oculta.** São Paulo: Brasiliense, 2004.